

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

A Resolução BCB nº 178/2022, alterada pela Resolução BCB nº 391/2024 entrou em vigor em 01/01/2025.

Em conformidade com a avaliação dos impactos da adoção da Resolução BCB nº 178/2022 realizada, foi verificado que a Companhia não possui contratos de arrendamento que se enquadram nas disposições da referida resolução. Durante o processo de análise, foi identificado que os contratos de aluguel da Companhia estão formalizados com a Companhia de Seguros Previdência do Sul, entidade coligada, e os valores correspondentes são repassados à CNP Consórcios por meio de um processo de refaturamento.

A Companhia não está sujeita às obrigações e requisitos específicos previstos nesta norma no que tange aos contratos de arrendamento.

Resolução BCB nº 352/23 - A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e fluxo de caixa, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais, revogando a Resolução BCB nº 219/2022.

Esta Resolução entrou em vigor em 01/01/2024, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência será a partir de 01/01/2025 e 01/01/2027.

Como parte do processo de adequação à Resolução BCB 352/23, realizamos um diagnóstico para avaliar os impactos da nova norma sobre a estimativa da redução do valor recuperável das operações de crédito. Esse estudo prévio permitiu identificar os principais desafios e ajustar as metodologias aplicadas pela Administração, garantindo a conformidade regulatória.

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito segue o modelo simplificado, conforme definido pela Resolução, onde Administradoras de Consórcios não segmentadas pelo BACEN, devem aplicar o modelo definido na Norma.

Com base nesse diagnóstico, conduzimos a implementação da Resolução BCB 352/23, seguindo as seguintes etapas:

- Análise das políticas contábeis adotadas pela Administração em comparação com os novos requisitos da BCB 352/23;
- Verificação da conformidade das metodologias em relação à norma;
- Avaliação dos critérios adotados pela Resolução e identificação de uma diminuição de risco, considerando a nova Metodologia;
- Recálculo dos modelos de provisão para perda esperada, assegurando que as metodologias e critérios foram corretamente implementados e aplicados de acordo com as definições da Norma; e

• Teste de classificação dos ativos financeiros para garantir que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest) e revisão da adequação dos modelos de negócios adotados para o gerenciamento dos instrumentos financeiros.

Esse processo estruturado garantiu que a Companhia implementasse a Resolução BCB 352/23 de forma eficaz, assegurando a adequação das demonstrações financeiras aos novos padrões regulatórios.

Conforme a metodologia aplicada, foi identificado um impacto material na alteração da estimativa de provisão de perda, considerando os dados de agosto de 2024.

3.10. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, e reportados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos e Compliance foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento do terrorismo.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Compliance são:

- Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Assegurar a implementação de todos os pilares dos normativos Solvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Compliance junto à estrutura de Governança organiza regularmente comitês, sendo eles, os Comitês d'Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), e de Riscos e Compliance.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados pela Diretoria de Compliance e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente Compliance e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados à temas de Compliance, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

Risco de Crédito

Para mitigar o risco de crédito, a CNP Consórcio possui processo de análise de crédito do cliente e de prevenção a fraudes na etapa de compra da Cota. Esses controles permitem assegurar a saúde financeira do grupo de consorciados e da Administradora.

A Companhia possui como estratégia adicional de mitigação de risco de crédito a contratação de seguro de quebra de garantia (SOG) que garante que a arrecadação do grupo não será prejudicada em caso de inadimplência dos consorciados contemplados e com posse do bem. O controle e monitoramento com relação a inadimplência é contínuo.

Risco de Liquidez

A CNP Consórcio possui limites mínimos de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo acompanhados conforme as disposições do Banco Central.

Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda financeira devido a variações nos preços de ativos financeiros. É um risco natural do mercado financeiro, mas que pode ser minimizado.

Para mitigar os riscos de mercado, a Companhia adota as seguintes estratégias:

- Diversificação da carteira de consórcios, oferecendo diferentes tipos de consórcios (Veículos Pesados, Veículos e Imóveis) reduzindo a exposição a um único setor;
- Monitoramento de mercado para tomar decisões, no que tange lançamento de novos produtos e critérios de aceitação de risco de crédito;
- Políticas de gerenciamento de risco desenvolvidas que identificam, avaliam e mitigam risco; e
- Manutenção de reservas financeiras adequadas para lidar com inadimplência de participantes ou flutuações no mercado.

Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos realizar o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais da Gerência de Riscos e Controles Internos deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
 - Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
 - Propor junto à Gerência de Compliance as políticas de conformidade, fraude e prevenção à lavagem de dinheiro;
 - Estabelecer, cumprir e garantir o cumprimento dos padrões de monitoramento contínuo de riscos e controles;
 - Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
 - Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
 - Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.
- A Diretoria de Riscos e Compliance, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
 - Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
 - Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
 - Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.
- Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.
- A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de front office.

3.11. Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 02/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 23.

4. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que ocorrem ou em quaisquer períodos futuros afetados. Isso se aplica a causas judiciais e ao diferimento de receita, incluindo:

- Informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e
- Informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

5. Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimento são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | | |
|--|----------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|----------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor de Mercado (i) | Valor do Custo Atualizado | Valor de Mercado (i) | Valor do Custo Atualizado | Sem vencimento | Até 01 ano | Entre 01 e 05 anos | Percentual |
| Valor justo por meio do resultado | 279.240 | 276.050 | 209.709 | 209.707 | 220.718 | 54.777 | 3.745 | 78,17% |
| Debêntures | 22.108 | 20.757 | — | — | 22.108 | — | — | 6,19% |
| Fundos de investimento | 224.606 | 224.606 | 208.279 | 208.279 | 220.861 | — | 3.745 | 62,88% |
| Letras financeiras | 27.650 | 25.895 | 526 | 524 | — | 27.650 | — | 7,74% |
| CDB | 1.158 | 1.102 | — | — | — | 1.158 | — | 0,32% |
| Operações compromissadas | 3.861 | 3.833 | 972 | 972 | — | 3.861 | — | 1,08% |
| Outros valores | (143) | (143) | (68) | (68) | (143) | — | — | (0,04%) |
| Disponíveis para venda | 77.960 | 83.740 | 140.616 | 139.159 | — | — | 77.960 | 21,83% |
| Letras do tesouro nacional | 30.133 | 31.456 | — | — | — | — | 30.133 | 8,44% |
| Notas do tesouro nacional | 47.827 | 52.284 | 140.616 | 139.159 | — | — | 47.827 | 13,39% |
| Total | 357.200 | 359.790 | 350.325 | 348.866 | 220.718 | 54.777 | 81.705 | 100% |

(i) O saldo do balanço patrimonial é representado pelo valor de mercado.

5.1. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|--|----------------|---------------|----------------|----------------|------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Debêntures | 22.108 | — | 22.108 | — | — | — |
| Fundos de investimento | 224.606 | — | 224.606 | 208.279 | — | 208.279 |
| Letras financeiras | — | 27.650 | 27.650 | 526 | — | 526 |
| CDB | — | 1.158 | 1.158 | — | — | — |
| Operações compromissadas | — | 3.861 | 3.861 | — | 972 | 972 |
| Outros valores | (143) | — | (143) | (68) | — | (68) |
| Valor justo por meio do resultado | 246.571 | 32.669 | 279.240 | 208.737 | 972 | 209.709 |
| Letras do tesouro nacional | 30.133 | — | 30.133 | — | — | — |
| Notas do tesouro nacional | 47.827 | — | 47.827 | 140.616 | — | 140.616 |
| Disponíveis para a venda | 77.960 | — | 77.960 | 140.616 | — | 140.616 |
| Total | 324.531 | 32.669 | 357.200 | 349.353 | 972 | 350.325 |

6. Títulos e créditos a receber**6.1. Títulos e créditos a receber**

Os valores registrados em rendas a receber são integralmente compostos pelas taxas de administração registradas na competência, conforme determinação da norma BCB nº 120/21 e alterações posteriores.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------|--------------|
| Rendas a receber | 243 | 163 |
| Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito | (19.762) | (21.557) |
| Taxa de administração a receber líquida | 4.960 | 7.213 |

Para as taxas de administração de cotas com quatro parcelas vencidas, consecutivas ou não, a Companhia registra uma provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma despesa de R\$ 1.965 referente à constituição dessa provisão, enquanto uma reversão no valor de R\$ 3.760 também foi registrada no período. Já em 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia registrado uma despesa de R\$ 2.614 para a constituição da mesma provisão.

6.2. Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------|--------------|
| Adiantamentos e antecipações salariais | 243 | 163 |
| Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito | 12.740 | 7.003 |
| Valores a receber dos grupos de consórcios | — | 4 |
| Outros títulos a receber (i) | 1.128 | 1.128 |
| Total | 14.111 | 8.298 |

(i) Referem-se a saldos de ressarcimento com partes relacionadas, bloqueio judicial e adiantamento para viagens.

6.2.1. Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários está demonstrada a seguir:

a. Composição

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Outros Tributos | | Total |
|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | |
| Antecipações | 1.465 | — | 525 | — | — | — | 1.990 |
| A compensar | 34.996 | 61.122 | 7.043 | — | 230 | 1.415 | 104.806 |
| Adições temporárias | — | 52.554 | — | 18.981 | — | — | 71.535 |
| Tributos diferidos | — | 1.446 | — | 519 | — | 21.951 | 23.916 |
| Total dos créditos tributários | 36.461 | 115.122 | 7.568 | 19.500 | 230 | 23.366 | 202.247 |

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | | Outros Tributos | | Total |
|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | |
| A compensar | 25.930 | 57.160 | 7.043 | — | 221 | 1.330 | 91.684 |
| Adições temporárias | — | 38.078 | — | 13.745 | — | — | 51.823 |
| Tributos diferidos | — | (346) | — | (125) | — | 16.928 | 16.457 |
| Total dos créditos tributários | 25.930 | 94.892 | 7.043 | 13.620 | 221 | 18.258 | 159.964 |

b. Expectativa de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social

| Ano de Realização | Diferenças Temporárias | | Tributos diferidos IRPJ/CSLL | | Total | |
|----------------------|------------------------|--------------|------------------------------|--------------|---------------|--------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| 2025 | 30.925 | 43,2% | 2.414 | 10,1% | 33.339 | 34,9% |
| 2026 | 4.741 | 6,6% | 8.770 | 36,7% | 13.511 | 14,2% |
| 2027 | 2.085 | 2,9% | 220 | 0,9% | 2.305 | 2,4% |
| 2028 | 1.656 | 2,3% | 439 | 1,8% | 2.095 | 2,2% |
| 2029 | 1.447 | 2,0% | 877 | 3,7% | 2.324 | 2,4% |
| 2030 até 2034 | 30.681 | 42,9% | 11.196 | 46,8% | 41.876 | 43,9% |
| Total | 71.535 | 100% | 23.916 | 100% | 95.451 | 100% |

c. Movimentação do ativo e passivo diferido

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial de Créditos Tributários | 37.732 | 37.976 |
| Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias | 13.620 | 16.928 |
| Outros | 16.928 | 16.928 |
| Total | 103.192 | 115.464 |

Saldo inicial de Créditos Tributários

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------|---------------|
| Contingências civis | 553 | 199 |
| Contingências trabalhistas | 344 | 124 |
| Provisão para risco de crédito | — | 24 |
| Provisão para participações nos lucros | 86 | 31 |
| Outras provisões | 5.043 | 1.815 |
| Ajuste de receita - CPC 47 | 9.324 | 3.357 |
| Diferimento de comissão | (874) | (315) |
| Tributos diferidos - TVM | 1.792 | 645 |
| Saldo Atual dos Créditos Tributários | 54.000 | 19.500 |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | (14.475) | (5.235) |

7. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são representadas integralmente pelas despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio e que serão apropriadas ao resultado conforme regra definida na nota 3.7. O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2024 é de 143 meses (31 de dezembro de 2023 - 141 meses).

a. Composição

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------|----------------|----------------|
| Comissões | 102.960 | 99.464 |
| Arrendamento balcão | 106 | 16.000 |
| Outros | 128 | — |
| Total | 103.192 | 115.464 |

b. Movimentação das despesas de comissão sobre vendas

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 115.464 | 94.701 |
| Constituições | 28.380 | 73.810 |
| Amortizações/Cancelamentos | (40.652) | (53.047) |
| Saldo final | 103.192 | 115.464 |

8. Intangível

| | Taxas anuais de amortização (%) | Saldo Inicial | Aquisições | Baixas | Amortização | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------|---------------------------------|---------------|------------|--------|-------------|------------|------------|
| Sistemas aplicativos | 20 | 2 | — | — | (1) | | |